

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO

CONSTRUÇÃO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS NA RUA ALBERTO AGAPITO - BAIRRO JARDIM DE ALÁ

Informações da unidade requisitante	
UG Requisitante: Secretaria de Obras	Setor Requisitante: SO
Responsável pela demanda: Bruna Ferreira da Rocha	
Cargo: Subsecretária de Gestão de Obras Públicas	

JUSTIFICATIVA PARA A UTILIZAÇÃO DO ETP SIMPLIFICADO
<p>A justificativa para a utilização do estudo técnico preliminar simplificado, conforme o artigo 18, parágrafo 2º, da Lei 14.133/2021, pode ser fundamentada em diversos aspectos, especialmente em situações onde o objeto da contratação foi definido e aprovado pelo órgão de fomento.</p> <p>Por ocasião do acometimento de fortes chuvas ao fim de 2021, o Município de Juiz de Fora decretou Situação de Emergência, através do Decreto nº 14.970 de 11 de janeiro de 2022. A prefeitura solicitou o reconhecimento da situação de emergência por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), sendo reconhecido pela União através da Portaria nº 316 de 8 de fevereiro de 2022. O reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública permite que o Poder Executivo Federal apoie os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados.</p> <p>Com o reconhecimento e consequente apoio do Governo Federal, foram pleiteados recursos para obras de contenção em locais mais críticos, tendo sido apresentado projetos para obras em 7 áreas de risco e, dentre estas, a Rua Alberto Agapito no bairro Jardim de Alá.</p> <p>Assim, considerando o interesse e a necessidade do Município em mitigar os potenciais riscos de deslizamentos, principalmente em período chuvoso, bem como a capacidade do Município de apresentar a documentação necessária para captação deste recurso, foram apresentados os projetos para a construção de contenção de encostas nestes locais.</p> <p>Dessa forma, considerando a especificidade da concessão do recurso pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/ Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), não há que se falar em análise de soluções para resolução desta problemática, haja vista a contratação anterior de sociedade empresária para desenvolvimento de projeto executivo e toda a aprovação destes pelo MIDR.</p> <p>Em outro aspecto, não executar a solução definida pelo ajuste estabelecido entre as partes ensejará desvio de finalidade.</p> <p>Por todo o exposto, adotamos o ETP simplificado, que conterá todos os elementos obrigatórios, descritos na retrocitada lei, nos itens I, IV, VI, VIII e XIII e também sobre o licenciamento ambiental.</p>

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A

SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

Em um determinado período chuvoso, Juiz de Fora sofreu com intensidades pluviométricas superiores às médias registradas, gerando diversas ocorrências de deslizamentos de encostas na cidade. Em razão destas e de outras ocorrências o município decretou Situação de Emergência, conforme relato em tópico superior.

Nesta senda, o Município pleiteou junto à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC)/ Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) verbas para execução das obras de contenções nos locais mais críticos, sendo contemplados estes recursos para as 7 áreas e, dentre elas, esta que é objeto desta contratação.

Neste passo, conforme pode se depreender do Relatório de Vistoria Técnica (Contrato: 012023.172), foi constatado movimentações de terras ocorridas nesta encosta, localizada na região da sua crista, tendo sido realizado estudos in loco com a finalidade de desenvolver projetos de engenharia, visando a estabilização desta área. As necessidades de intervenções foram relatadas no relatório de vistoria da Defesa Civil do Município, quando foram verificados os problemas relativos a estas instabilidades.

(Extraído do DFD constante no Despacho Inaugural do Proc. Adm. Proc. 769/2024, bem como do Relatório de Vistoria Técnica sob o Contrato 012023.172)

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM POTENCIALMENTE CONTRATADAS

Consta no Plano de Trabalho a estimativa de 13,32 m2 de muro à flexão, portanto, cumpre mencionar que o projeto foi elaborado de forma exclusiva para a área, com a finalidade de solucionar as anomalias verificadas no local, nesse sentido, tem-se a seguinte estimativa adotada para a obra em comento:

“As soluções para estabilização do talude analisado, associadas a recuperação da área degradada pela erosão ocorrida, que melhor se enquadra a situação em questão, são:

- Aterro da erosão e muro de concreto em balanço com fundação em estacas;
- Aterro da erosão e solo grampeado em todo o talude.

Optou-se pela solução de solo grampeado, por esta ser uma solução mais rápida e menos custosa do que o muro de concreto armado com fundação em estacas, que necessita maior movimentação de terra e operação de máquinas de maior porte na região de acesso restrito.

[...]

Com estas medidas elabora-se o projeto executivo para solução da estabilidade da Rua Alberto Agapito, Bairro Jardim de Alá” **(Retirado do Relatório de Vistoria Técnica para subsidiar projeto de contenção - CONTRATO: 01.2023.172)**

VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para esta contratação será de **R\$559.715,62 (quinhentos e cinquenta e nove mil e**



setecentos e quinze reais e sessenta e dois centavos), conforme planilha orçamentária aprovada, que será anexada ao edital.

VIII – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Desta etapa em específico, por questões de responsabilidade técnica, não será adotado o parcelamento da contratação.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Acerca do tema, tem-se o seguinte trecho extraído da Declaração de NÃO passível de Licenciamento Ambiental Nº 85/2024, nos seguintes termos:

“O Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA, por intermédio do Órgão Central do SISMA, nos termos do art. 4º, inciso VIII, da Lei 9680 de 20 de dezembro de 1999, em atendimento ao FCE anexado ao Despacho nº 187 – Processo Licenciamento Ambiental nº 5.593/2022 – Secretaria de Obras (Sistema 1DOC) declara que **“PREFEITURA DE JUIZ DE FORA” não é passível de licenciamento ambiental para a atividade “Obra de contenção de encosta em área de risco com cortina de concreto atirantada e solo grampeado; Recomposição da pavimentação da via; Drenagem pluvial local.” na Rua Alberto Agapito Ferreira, Bairro Jardim de Alá, município de Juiz de Fora por não possuir enquadramento na DN COPAM 217/2017.**” (GRIFO PRÓPRIO)

Por assim ser, com fulcro nesta Declaração supramencionada, resta demonstrada a desnecessidade do Licenciamento Ambiental para o objeto em tela.

LICITAÇÃO

Em exígua análise acerca da escolha da Modalidade da Licitação, observando os Artigos 29, 30, 31 e 32 da Lei no 14.133/2021, conclui-se que a única modalidade que se encaixa no objeto a ser contratado é a **Concorrência Eletrônica**, pois as demais modalidades não podem ser utilizadas ou não se aplicam para a execução de obra de engenharia com as características da obra de Construção de Contenção de Encostas, como pode se verificar:

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de **obras e serviços de engenharia**, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. 5.4.4.” (GRIFO PRÓPRIO)

No que tange ao Regime de Execução, considera-se que o preço unitário permite a Administração estimar um padrão de medida para cada item, com quantidade limitada e valor certo estabelecidos em



contrato, então, para fins de aferição do valor a ser pago será considerada a medição verificada e aprovada do serviço executado pela contratada. Conclui-se, portanto, que para esta obra o regime de execução mais vantajoso para a Administração Pública é o de **empreitada por preço unitário**, com fulcro no art. 46 da retrocitada Lei:

“Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

II - empreitada por preço global;

III - empreitada integral;

IV - contratação por tarefa;

V - contratação integrada;

VI - contratação semi-integrada;

VII - fornecimento e prestação de serviço associado.” (GRIFO PRÓPRIO)

Tendo em vista a modalidade de Concorrência Eletrônica, bem como o caráter do objeto licitado, será adotado o critério de julgamento como **maior desconto**, adotando como base os artigos 33 e 34 da r. Lei Federal:

“Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.” (GRIFO PRÓPRIO)

“Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.”

Ao fim, haja vista a adoção da Concorrência Eletrônica, bem como o caráter de maior desconto, será adotado o modo de **disputa aberto**, a fim de viabilizar a possibilidade de disputa entre as sociedades empresárias, tendo como sustentáculo o art. 56 da Lei Federal retro:

“Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.

§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.” (GRIFO PRÓPRIO)

XIII – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Após a realização do estudo técnico preliminar simplificado, referente à contratação de empresa para construção de contenção de encostas, foram realizadas conferências e verificações da viabilidade da proposta. O levantamento de dados técnicos, a análise das condições locais e a avaliação dos impactos para a região demonstraram que a intervenção é, não apenas necessária, mas também viável.



Os aspectos financeiros foram examinados, considerando o orçamento disponível, evidenciando que a contratação se alinha com os parâmetros econômicos estabelecidos, garantindo a execução do projeto dentro das limitações orçamentárias.

Adicionalmente, a obra proposta atenderá às necessidades de segurança da comunidade, bem como o restabelecimento de tráfego pelo local, e principalmente, a mitigação de potenciais riscos de deslizamentos, principalmente em período chuvoso.

Portanto, recomenda-se a continuidade do processo de contratação, com a certeza de que a implementação trará benefícios imprescindíveis à região.

Profissional responsável pelas informações do ETP

Responsável pela elaboração e consolidação das informações do ETP:

Nome: Bruno Neves Matos

Cargo: Assessor do Departamento de Planejamento de Obras Públicas - DEPOP

Responsável pela conferência e aprovação do ETP:

Nome: Juliana Guarinello dos Santos

Cargo: Gerente do Departamento de Gestão de Contratos e Convênios de Obras Públicas - DEGOP